

pretextos

Revista do Instituto da Segurança Social, I.P.

Plano Nacional de Prevenção e Combate à Fraude e Evasão Contributivas

PARES

Programa de Alargamento
da Rede de Equipamentos Sociais

Grupo CID publica

Manuais de Boas Práticas

**Coluna Mensal da
Segurança Social**
no jornal O Público

Receba as Prestações Sociais por Transferência Bancária



Se recebe prestações sociais de
Abono de Família
Subsídio de Desemprego
Subsídio de Maternidade/Paternidade
ou é Pensionista

Adira já, ao pagamento por transferência bancária.

Para aderir basta:

- 1 – Preencher o formulário (disponível para download em www.seg-social.pt).
- 2 – Anexar um comprovativo do seu Número de Identificação Bancária (NIB):
 - Talão com NIB emitido pelas Caixas Multibanco;
 - ou
 - Fotocópia da primeira folha de identificação da Cademeta Bancária;
 - ou
 - Fotocópia de um cheque em branco com o NIB.
- 3 – Devolver o formulário devidamente preenchido e o comprovativo do NIB:
 - pelo correio para o Centro Distrital de Segurança Social onde se encontra inscrito;
 - ou
 - entregue directamente num dos Serviços de Atendimento ao público do Centro Distrital de Segurança Social onde se encontra inscrito.

A Segurança Social garante um pagamento

Mais RÁPIDO, sem atrasos
Mais SEGURO, sem extravios
Mais CÔMODO, sem deslocações

Editorial

Edmundo Martinho

Presidente do Conselho Directivo do
Instituto da Segurança Social, I.P.

Desenvolver uma cultura de cumprimento das obrigações contributivas e de respeito pela utilização da protecção prestacional constitui um dos eixos mais relevantes da intervenção do Sistema Público de Segurança Social.

Para isso torna-se imperiosa a consolidação de uma atitude cidadã de beneficiários e contribuintes, no entendimento de que a solidez do Sistema de Segurança Social não é separável do cumprimento dos deveres que a cada um cabem.

De igual modo, o combate permanente à fraude e à evasão se afirma como uma prioridade de todo o sistema de segurança social. A definição de um

Plano que a todos os níveis assegure a repressão e prevenção das atitudes de incumprimento é assim uma peça central no caminho para uma Segurança Social pública cada vez mais sólida.

Os resultados obtidos até ao momento são muito encorajadores sobre a eficácia de um modelo de intervenção que assentando em indicadores de risco, tem permitido, a par de um empenho que importa salientar, de todos os trabalhadores da Segurança Social, uma actuação inteligente junto de quem não cumpre.

Esta é a via que continuaremos a seguir sem hesitações. A consolidação da Segurança Social pública exige o melhor de cada um de nós.

Ficha Técnica

Propriedade

Instituto da Segurança Social, I.P.

Director

Edmundo Martinho

Coordenação

Ana Paula Martins

Maria João Quedas

Supervisão Técnica

Dina Moura

Vasco Barata

Conselho Editorial

Ana Gomes, Ana Maria Lage, Ana Paula Martins, Conceição Ferraz, Cristina Figueiro, Filipa Carvalho, Filomena Gonçalo, Gabriela Dantas, Isabel Cambão, Joana Vallera, Luís Rei, Manuel Brites Moita, Manuel Carvalho, Maria Clara Guterres, Maria Elisa Borges, Maria João Quedas, Maria José Maia, Maria da Luz Claro, Mónica Baptista, Teresa Agostinho, Salomé Ferreira, Sónia Araujo.

Colaboraram nesta edição

Acácio F. Catarino, Alexandra César, Álvaro Ribeiro, Ana Paula Alves, Ana Roque, Armando Leandro, Edmundo Martinho, Elisabete Mateus, Liliana Monteiro, Mariana Pereira, Maria Irene Sequeira, PEETI, Equipa Técnica da Passo a Passo, Sónia Cordeiro, Tânia Araújo, Zélia Brito.

Redacção e Assinatura

Área de Investigação e Conhecimento

Rua Castilho nº 5 • 1250-066 Lisboa

Tel.: 21 318 49 00 • Fax.: 21 318 49 55

E-mail: .m.joao.quedas@seg-social.pt

Data de Publicação

Junho 2006

Periodicidade

Trimestral

Design e paginação

Aba Design, Comunicação e Equipamento, Lda.

Impressão

SOCTIP.

Tiragem

20 000 exemplares

Distribuição

Gratuita

Depósito Legal: 154679/2000

ISSN: 0874-9698

Revista disponível em www.seg-social.pt

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos autores.

É permitida a reprodução dos artigos publicados, para fins não comerciais, desde que indicada a fonte e informada a Revista.

Sumário

Editorial	1
Vieira da Silva e Valter Lemos assinam protocolo para reforço dos laços de cooperação entre as escolas e as CPCJ	3
Plano Nacional de Prevenção e Combate à Fraude e Evasão Contributivas e Prestacionais O Combate à Fraude nas Contribuições O Combate à Fraude no Sistema de Verificação de Incapacidades	4
2º Workshop sobre "Economia Paralela"	6
PARES	8
Manuais de Processos-Chave das Respostas Sociais	10
Grupo CID publica Manuais de Boas Práticas	12
Rendimento Social de Inserção Ponto de situação da execução da medida	13
Centro de Apoio Social de Lisboa recebe Visita do Grupo Erich Brodheim	14
Notícias	17
Ecoss	28
Sites: Sem abrigo	30
Bibliografias Temáticas	31

Vieira da Silva e Valter Lemos assinam protocolo para reforço dos laços de cooperação entre as escolas e as CPCJ

O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, e o Secretário de Estado da Educação, Walter Lemos, assinaram, no passado dia 3 de Junho, nas instalações do Centro de Acolhimento Temporário (CAT) da Associação para o Bem Estar Infantil de Vialonga, um Protocolo de Cooperação que visa dotar as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) da presença de um professor que estabeleça uma articulação directa entre o meio escolar e as Comissões.

De entre as funções que ao representante do Ministério da Educação forem atribuídas na Comissão, podem incluir-se as de “professor-tutor” que integram, nomeadamente:

1. Proceder ao diagnóstico das causas das situações de absentismo, abandono e insucesso escolar, em acompanhamento na CPCJ.
2. Colaborar, em articulação com as escolas do respectivo Agrupamento e com outros estabelecimentos de ensino existentes no concelho, na concepção e execução de projectos de prevenção primária de absentismo, abandono e insucesso escolar.
3. Articular com as escolas do respectivo Agrupamento e com outros estabelecimentos de ensino existentes no concelho, onde se identificam casos ou tipologias de casos de crianças sinalizadas à CPCJ, para elaboração de planos de intervenção específicos e posterior acompanhamento dos mesmos, numa perspectiva de prevenção secundária e terciária.
4. Criar e acompanhar a aplicação de um Guião para Sinalização e Caracterização de Situações de Crianças em Perigo em Contexto Escolar.
5. Acompanhar de forma individualizada as crianças ou jovens com maiores dificuldades de integração na comunidade educativa.

Após o acto de assinatura do Protocolo de Cooperação, o Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, afirmou que “o alcance desta articulação é inquestionável”,

considerando que “uma parte muito significativa das situações sinalizadas às CPCJ têm origem no meio escolar”.

A assinatura do Protocolo inseriu-se nas Comemorações do Dia Mundial da Criança e contou ainda com as participações da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz, do Presidente da Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco, Juiz Conselheiro Armando Leandro, do Presidente do Conselho Directivo do Instituto da Segurança Social, Edmundo Martinho, da Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Maria da Luz Rosinha e do Presidente da Associação para o Bem Estar Infantil de Vialonga, Manuel Valente.

A cerimónia contou também com uma visita às instalações do CAT da Associação para o Bem Estar Infantil de Vialonga.□





Plano Nacional de Prevenção e Combate à Fraude e Evasão Contributivas e Prestacionais

Edmundo Martinho

Presidente do Conselho Directivo
Instituto da Segurança Social, I.P.

O Plano Nacional de Prevenção e Combate à Fraude e à Evasão Contributivas e Prestacionais tem como principais objectivos estratégicos a sustentabilidade económica, social e financeira do Sistema Público de Segurança Social e o impulso e reforço da protecção social garantida aos cidadãos.

Em Abril de 2005, data de implementação do Plano, foram levadas a cabo uma série de medidas relativas ao reforço das acções de fiscalização a contribuintes e beneficiários, à selecção de Contribuintes e Beneficiários através de Indicadores de Risco, ao aperfeiçoamento do sistema de cruzamento de dados interno e ao cruzamento de dados com a Administração Fiscal e o Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Para 2006, as principais metas são as seguintes:

Contribuintes

Realização de 60 mil notificações a Entidades Empregadoras e 150 mil a Trabalhadores Independentes, bem como 22.500 Acções de Fiscalização.

Beneficiários

Realização de 180 mil convocatórias para Juntas Médicas (Sistema de Verificação de Incapacidades), bem como Acções de Fiscalização a Subsídio de Doença (20 mil), Subsídio de Desemprego (20 mil) e a Agregados Familiares com Rendimento Mínimo Garantido/Rendimento Social de Inserção (22 mil).□

O Combate à Fraude nas Contribuições

Teresa Agostinho

Área de Contribuintes
Instituto da Segurança Social, I.P.
m.teresa.agostinho@seg-social.pt

No âmbito do Plano Nacional de Prevenção e Combate à Fraude e Evasão Contributivas e Prestacionais foi estabelecido um conjunto de medidas no qual se inserem as Notificações a contribuintes que apresentam saldo devedor em conta corrente.

Com o objectivo de aumentar a eficácia na recuperação da dívida dos contribuintes da Segurança Social, o ano de 2006 apresenta-se como período de transição, de aplicação de medidas inovadoras e aperfeiçoamento dos sistemas de informação que permitam a rápida detecção das situações de incumprimento e cruzamento de informação com outras entidades.

Do ponto de vista da Área de Contribuintes do Instituto da Segurança Social (ISS), estas acções têm especial relevo ao permitirem alterar a lógica de intervenção que até agora caracterizava as acções da Segurança Social e, assim, gerir o processo contributivo eficientemente, dotando os serviços

No âmbito do Plano Nacional de Prevenção e Combate à Fraude e Evasão Contributivas e Prestacionais foi estabelecido um conjunto de medidas no qual se inserem as Notificações a contribuintes que apresentam saldo devedor em conta corrente.

distritais dos meios necessários a assegurar a cobrança das contribuições e a identificar automaticamente as situações que necessitam de intervenção. Permite, também, ao ISS a monitorização dos resultados.

Para proceder à notificação dos contribuintes, e constituindo um dos objectivos para o ano 2006, foi desenvolvido o Sistema Auxiliar de Regularização de Saldos (SARS) que possibilita a regularização de saldos e consequente consolidação das contas correntes dos contribuintes.

A amplitude deste projecto, que além das Notificações aos médios e grandes devedores, inclui um processo de Citação massiva dos contribuintes com pequenas dívidas (saldo devedor entre € 150 e € 25.000) exige uma coordenação de esforços da Segurança Social, designadamente do Instituto de Segurança Social, do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e do Instituto de Informática e Estatística da Segurança Social.

O ISS tem acompanhado a recuperação de dívida relativa às notificações dos contribuintes com saldo devedor médio, entre € 25.000 e € 100.000 (Medida 5 do SARS) e os grandes devedores, com saldo devedor superior a € 100.000 (Medida 6 do SARS).

Decorridos quatro meses do início do SARS, foram notificadas cerca de 19.000 Entidades Empregadoras, permitindo que a arrecadação de receitas relacionadas com esta acção seja de € 22.394.356,32.

As medidas previstas no Plano no âmbito dos contribuintes, não se extinguem na concretização do SARS, estando previstas, entre outras, acções de Fiscalização, inter-conexão de dados com outras instituições e a implementação da Figura do Gestor de Contribuinte. □

O Combate à Fraude no Sistema de Verificação de Incapacidades

Maria da Conceição Ferraz
Gabinete de Avaliação Procedimental e Normativa
Instituto da Segurança Social, I.P.
m.conceicao.ferraz@seg-social.pt

O Plano Nacional de Prevenção e Combate à Fraude e Evasão Contributivas e Prestacionais, adiante designado por Plano, veio definir um conjunto de metas a atingir pela Segurança Social, centradas em objectivos previamente definidos e que abrangem, entre outras, medidas de natureza operacional, envolvendo beneficiários e contribuintes do Sistema, o que importa uma estreita articulação entre os vários serviços do Instituto da Segurança Social, enquanto instituição responsável pela execução de grande parte do referido Plano.

Em 2006, a meta definida no Plano para o Sistema de Verificação de Incapacidades (SVI), prevê a emissão de 180.000 convocatórias a beneficiários com subsídio de doença para junta médica em SVIT, o que se traduz num aumento de 20% em relação ao ano de 2005.

Nas convocatórias a emitir, foram definidos critérios de selecção de beneficiários a convocar, nomeadamente: Certificados de Incapacidade Temporária (CIT) de duração superior a 30 dias; situações de baixas recorrentes; e beneficiários com idade até 55 anos.

Em termos práticos, os dados avançados apontam para a convocação de mais de um em cada dois beneficiários do subsídio de doença, com baixa superior a 30 dias.

Durante o primeiro trimestre de 2006, foram já convocados para verificação de incapacidade temporária 37.220 beneficiários com subsídio de doença, um aumento de 20% em relação a período homólogo de 2005.

Dos beneficiários convocados, cerca de 82% compareceram a verificação, tendo sido deliberada a não subsistência de incapacidade temporária para o trabalho em 30% dos exames realizados.

Estas acções realizadas no âmbito do Sistema de Verificação de Incapacidades serão complementares das 20.000 acções de fiscalização domiciliária previstas a beneficiários do subsídio de doença. □



2º Workshop sobre "Economia Paralela" Uma troca de experiências e de metodologias utilizadas no Combate à Fraude e Evasão Contributivas

Zélia Brito

Serviços de Fiscalização
Instituto da Segurança Social, I.P.
zelia.brito@seg-social.pt

No passado dia 5 de Maio, teve lugar o 2º Workshop sobre "Economia Paralela", no Auditório da Direcção Geral dos Impostos, em Lisboa, uma organização conjunta da Segurança Social, das Finanças e da Inspeção-Geral do Trabalho.

A sessão de abertura esteve a cargo do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, João José Amaral Tomaz, e do Secretário de Estado da Segurança Social, Pedro Marques, contando igualmente com a presença do Director Geral dos Impostos, Paulo Moita de Macedo, do Presidente do Instituto da Segurança Social, Edmundo Martinho, e do Presidente da Inspeção-Geral do Trabalho, Paulo Carvalho.

O encerramento foi presidido pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, António Vieira da Silva, e pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais que reforçaram a importância de continuar a desenvolver parcerias entre os vários organismos.

À semelhança do ano anterior, o Workshop permitiu a troca de experiências e de metodologias utilizadas no Combate à Fraude e Evasão Contributivas. Além da experiência portuguesa, relatada através de vários intérpretes, quer na área do Ministério das Finanças quer na área do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, foram convidados responsáveis do sistema inglês e espanhol que falaram sobre o que se faz nos seus países neste âmbito.

O representante inglês Tony Walker, Director "Specialist Compliance Teams. Revenue and Customs", centrou a sua apresentação sobre "Outsiders ao Sistema Fiscal – Estratégia

do Reino Unido para combater o não cumprimento das obrigações fiscais" e o representante espanhol, Manuel Alá Ramos, Subdirector Geral da Direcção-Geral da Inspeção do Trabalho e da Segurança Social de Espanha, falou sobre "O trabalho não declarado em Espanha: Mecanismos de inspeção e de controlo".

Relativamente à participação do Instituto da Segurança Social a comunicação esteve a cargo de Vítor Sequeira, Coordenador dos Serviços de Fiscalização da Região Centro. A intervenção deste responsável incidiu essencialmente sobre duas vertentes: o aspecto dos princípios fundamentais que devem nortear o Estado de Direito, no âmbito de Combate à Fraude; e a exemplificação de vários casos práticos com enfoque nas metodologias e técnicas de intervenção dos Serviços de Fiscalização do Instituto da Segurança Social.

A este propósito, transcrevem-se alguns excertos da comunicação de Vítor Sequeira que, mais do que quaisquer outros comentários, são bem elucidativos do espírito que nos deve animar a todos no Combate à Fraude e Evasão Contributiva e Prestacional.

Segundo o mesmo responsável:

"O combate à fraude e evasão contributiva é, em tudo e por tudo, uma obrigação e um verdadeiro poder/dever: em nome da cidadania; em nome da dignificação das funções do Estado; em nome dos direitos dos mais desprotegidos; em nome de uma saudável concorrência entre as empresas; em nome do



respeito devido a quem cumpre, em nome da ética e da defesa do Estado Social."

"É por isso uma tarefa que nos convoca a todos e que tem que ser assumida do topo ao escalão mais baixo das organizações."

"Esta verdadeira opção estratégica obriga: a que sejam escalonadas prioridades de gestão, a que sejam revistos circuitos e procedimentos, a que se libertem os serviços mais vocacionados, porque vocacionados estão todos, de tarefas burocráticas e administrativas, não directamente dirigidas a este combate, a processos legislativos adequados, à criação de esquemas sancionatórios e procedimentos administrativos, eficazes, céleres e dissuasores, obviamente com respeito pelos direitos de cada um. A intervenções articuladas entre Organismos com vocação inspectiva e não só, dirigidas a alvos seleccionados, à formação e reciclagem constante dos técnicos, porque a imaginação dos infractores está sempre à frente da realidade."

Natureza das situações irregulares mais comuns detectadas pelos Serviços de Fiscalização

"Uso de "recibos verdes"; Vencimentos pagos sem recibos; Declaração de Remunerações para a Segurança Social de valores inferiores aos efectivamente pagos aos trabalhadores; Omissão de trabalhadores colocados nas Declarações de Remunerações enviadas à Segurança Social; Pagamento de importâncias a título de ajudas de custo, que classificadas como tal nos próprios recibos, mais não são do que complementos de remuneração do salário dos trabalhadores, falta de declaração para a Segurança Social de valores pagos aos trabalhadores a título de prémios ou trabalho fora das horas ou dias normais de serviço, não declaração dos Subsídios de Férias e Natal proporcionais; Quando é possível aceder a documentos, depara-se muitas vezes com recibos em duplicado de valores pagos ao mesmo trabalhador e com importâncias diferentes, sendo que só relativamente a um deles a empresa fez os devidos descontos para a Segurança Social."

Procedimentos de investigação previstos mais comuns utilizados pelos Serviços de Fiscalização

"Exame de recibos e facturas; Verificação dos Mapas de quadro de pessoal; Verificação das folhas de ponto diárias; Recolha e análise das listagens de trabalhadores e dos contratos de trabalho temporário entre a empresa TT e o trabalhador; Recolha e análise das listagens de empresas e dos contratos de utilização entre a empresa TT e a empresa utilizadora; Recolha das declarações dos trabalhadores em auto, não só os da empresa fornecedora da mão-de-obra como da empresa utilizadora, para confrontar e detectar eventuais divergências; Recurso à notificação da empresa fornecedora para a sede da mesma quando o escritório não possui os elementos todos; Identificação dos trabalhadores à entrada ou saída dos turnos; Verificação do seguro de acidentes de trabalho; Verificação das Declarações de Remunerações enviadas à Segurança Social; e muitos outros."

Como se depreende dos excertos atrás transcritos este combate, para além de envolver toda a comunidade em geral, envolve de uma forma muito particular os Serviços de Fiscalização do Instituto da Segurança Social, cuja prioridade primeira e última se centra no cumprimento dos objectivos do Plano superiormente traçados para esta área de intervenção.

Neste contexto, só no primeiro trimestre de 2006 foram objecto de intervenções inspectivas de grande relevo na área de beneficiários e contribuintes, respectivamente:

Doença: 7.393
Entidades Empregadoras: 949

O Workshop contou ainda com as intervenções de Isabel Lima, Delegada da IGT de Lisboa, e de Fernando Matos, Director de Finanças Adjunto da Direcção de Finanças de Lisboa.

Todos os intervenientes salientaram a importância deste tipo de iniciativa para manter e melhorar as acções conjuntas no combate à fraude e evasão fiscal, bem como identificar as medidas a adoptar para responder ao "risco" introduzido pelo aparecimento de novas áreas de actividade. □

PARES

Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais

O Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES) tem como objectivo o alargamento da Rede de Equipamentos Sociais, constituindo-se como um dos pilares da estratégia de desenvolvimento integrado das políticas sociais do país. Este é um factor determinante do bem-estar e da melhoria das condições de vida dos cidadãos e das famílias.

Este alargamento da rede de equipamentos, incide na criação de novos lugares em respostas sociais organizados em três grupos alvo: Infância e Juventude, cujo objectivo está fixado em 31.150 novos lugares; Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência com 12.920 e 1.180 novos lugares respectivamente.

Associado a estas 45.700 novas vagas previstas, está a criação de 800 a 1.000 equipamentos sociais, gerando aproximadamente 15.000 novos postos de trabalho.

Com o intuito de relançar o investimento na área do desenvolvimento social, o Programa prevê, até 2009, a

aplicação de 225 milhões de euros provenientes dos jogos sociais, valor que se pretende duplicar com base na iniciativa privada, perfazendo um investimento total de 450 milhões de euros.

Os princípios gerais do PARES integram a ambição de gerar mais equipamentos sociais, a sustentabilidade do financiamento num horizonte temporal ajustado à tipologia dos projectos, a parceria com o investimento privado, o planeamento territorial e a avaliação rigorosa e transparente das candidaturas apresentadas.

A implementação deste programa de investimento assenta em dois pilares reformadores. Por um lado, a prossecução de um efectivo planeamento das necessidades ao nível territorial, com selecção prioritária de projectos em territórios com baixa taxa de cobertura e mais vulneráveis à exclusão social, de forma a corrigir as assimetrias existentes na distribuição da capacidade instalada. Por outro lado, o estímulo ao

Resposta Social	Crescimento %	Valor Absoluto
Creche	50%	25.400
Centro de Actividades Ocupacionais	10%	1.180
Lar Residencial	17,5%	
Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência	30%	
Centro de Dia	10%	
Lar para Idosos	10%	12.920
Serviço de Apoio Domiciliário para Idosos	10%	

investimento privado privilegiando os projectos que recorram a um maior financiamento próprio através de parcerias entre as instituições e os seus parceiros locais.

O PARES recai em respostas sociais concretas, designadamente na criação de novos lugares em creches, facilitando a conciliação da vida familiar com a vida profissional; no reforço dos serviços de apoio domiciliário e dos centros de dia, promovendo as condições de autonomia das pessoas idosas; no aumento do número de lugares em lares de idosos associados a situações de maior dependência; contemplando ainda a integração de pessoas com deficiência pelo incremento da rede de respostas residenciais e de centros de actividades ocupacionais.

A selecção dos projectos é baseada num conjunto de critérios que obrigam a uma avaliação rigorosa, clara e transparente, recorrendo a um modelo multicritério, tendo em vista a boa gestão dos recursos públicos. A hierarquização final de candidaturas é determinada em função do resultado de um benefício-custo, que relaciona o benefício apurado em cada candidatura com o respectivo montante de financiamento público. Deste modo, serão priorizadas as candidaturas que garantam aumento de capacidade em territórios com baixa taxa de cobertura, com forte discriminação positiva dos projectos que apresentem um maior montante de financiamento próprio.

Este modelo de investimento assenta na criação de parcerias com a Rede Solidária constituída pelas Instituições Privadas de Solidariedade Social e possui igualmente um incentivo inovador ao sector privado lucrativo, através de um processo autónomo de apoio ao investimento. Deste modo, na Rede Solidária os projectos podem ser cofinanciados para as obras de construção de raiz, ampliação ou melhoria dos equipamentos existentes (desde que geradores de novos lugares), a aquisição de imóvel ou fracção e a aquisição de imobilizado corpóreo necessário ao funcionamento dos mesmos, enquanto na Rede Privada o programa apoia o pagamento de juros face ao crédito adquirido para a construção e aquisição de novos equipamentos ou remodelação de outros já em funcionamento.

A primeira fase de candidaturas no âmbito do PARES decorreu durante o passado mês de Maio, tendo sido recebidos cerca de 1.200 projectos da Rede Solidária. O regulamento para os apoios à Rede Privada será publicado brevemente.□



Manuais de Processos-Chave das Respostas Sociais

A gestão da qualidade é, actualmente, um elemento-chave de qualquer organização, quer no sector privado quer no sector público, envolvendo todos os colaboradores da organização, independentemente do nível hierárquico em que se encontrem.

Num cenário de crescente competitividade global, rápida inovação tecnológica, alteração de processos e constantes mudanças nos panoramas económico e social, as organizações procuram implementar Sistemas de Gestão da Qualidade, tendo como objectivo principal a melhoria permanente da qualidade do serviço prestado e da sustentabilidade da própria organização.

Um sistema de gestão da qualidade permite criar o enquadramento certo para a melhoria contínua, de modo a aumentar a satisfação dos clientes e das outras partes interessadas, transmitindo ainda confiança à organização e aos seus clientes da sua capacidade para fornecer produtos que cumpram de forma consistente os respectivos requisitos.

Para que uma organização funcione de forma eficaz, necessita de identificar e gerir numerosas actividades de forma interligada e utilizar os recursos para atingir resultados definidos. Este conjunto de actividades, pode ser organizado por "Processos", proporcionando à organização uma melhoria nos contactos interdepartamentais e inter funcionais, tornando-a operacionalmente mais eficaz.

Neste contexto, o Instituto da Segurança Social (ISS) desenvolveu quatro Manuais de Processos-Chave (Creche, Centro de Actividades de Tempos Livres, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário) como ferramenta de apoio à implementação do *Critério 4 – Processos*, do Modelo de Avaliação

da Qualidade (referencial normativo que permite avaliar a qualidade dos serviços prestados).

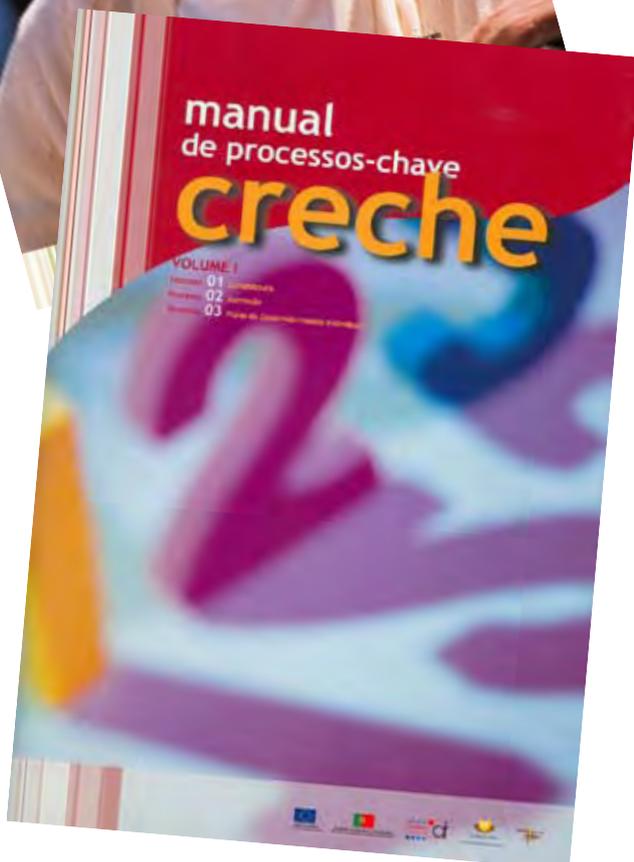
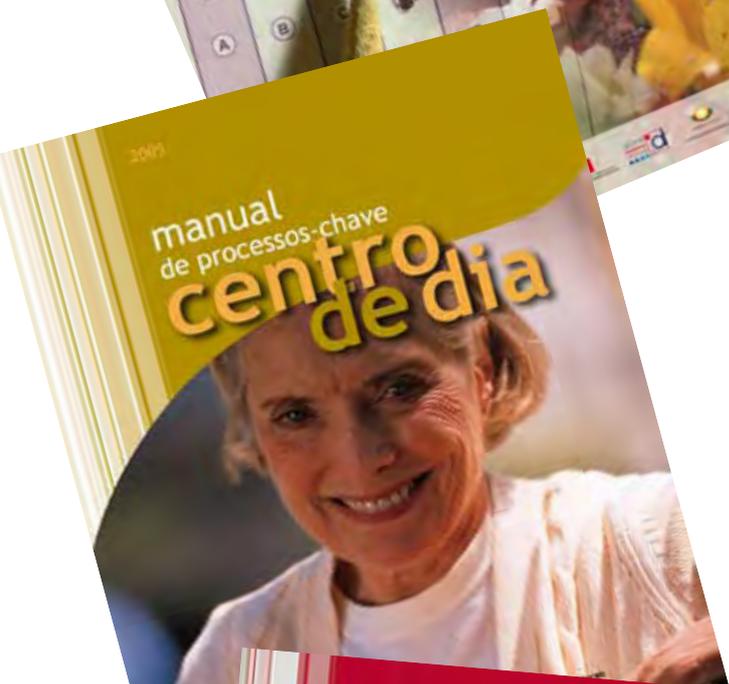
Para cada Processo-Chave foi definido:

- **Objectivo, campo de aplicação, fluxograma das actividades/modo operativo, indicadores, dados de entrada e saída e responsabilidades;**
- **Instruções de trabalho** que descrevem as actividades associadas a cada processo, baseadas num conjunto de boas práticas que se pretendem facilitadoras para a implementação dos respectivos processos;
- **Impressos** com o duplo objectivo de serem por vezes instrumentos de trabalho e registos das acções realizadas.

Compete à entidade prestadora do serviço adoptar/adequar o conjunto de sugestões apresentadas nos Manuais à missão e objectivos da organização que gere, para que possa implementar um Sistema de Gestão da Qualidade, não invalidando que esta desenvolva o seu próprio suporte documental, recorrendo a outras soluções:

- Identificação de outros processos-chave que considerem mais adequados ao seu funcionamento, além dos definidos no *Modelo de Avaliação da Qualidade*;
- Outras instruções de trabalho e outros impressos que considerem mais adequados ao seu funcionamento.

Independentemente das soluções adoptadas, o objectivo final de melhorar os serviços desta resposta social deve estar



presente na definição do sistema de gestão da qualidade a implementar.

QUESTIONÁRIOS DE AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO

Tendo como referência o Modelo de Avaliação da Qualidade, o desenvolvimento de um Sistema de Gestão da Qualidade aplicado aos serviços prestados pelas Respostas Sociais, permite a melhoria do desempenho organizacional e da satisfação dos clientes, colaboradores e parceiros (partes interessadas).

Como ferramenta de apoio à implementação do Modelo de Avaliação da Qualidade, nomeadamente no que se refere ao *Critério 5 – Satisfação dos Clientes*, e *Critério 6 – Satisfação das Pessoas*, foram desenvolvidos três questionários dirigidos a clientes, colaboradores e parceiros.

O tratamento dos resultados obtidos permitirá monitorizar a percepção dos clientes, colaboradores e parceiros acerca do desempenho da organização, detectar áreas de melhoria e novas metas a atingir.

Sendo um elemento importante saber a percepção que as partes interessadas têm sobre o serviço que as Respostas Sociais prestam, estes questionários visam sobretudo:

- Avaliar o grau de satisfação em relação a aspectos específicos e globais da Resposta Social;
- Identificar pontos fortes e áreas de melhoria.

Na aplicação dos questionários, a obtenção de melhores resultados está directamente relacionada com a informação que a organização presta sobre o objectivo, conceitos e terminologia dos questionários e de como é garantida a confidencialidade das informações obtidas.

Ao promovermos um inquérito de satisfação às partes interessadas estamos a levantar expectativas de melhoria junto das mesmas. Torna-se assim necessário que sejam criadas condições em que a informação recolhida seja utilizada para a melhoria de processos e serviços.

Os Modelos de Avaliação da Qualidade, Manuais dos Processos-Chave e Questionários de Avaliação da Satisfação estão disponíveis para download no site da Segurança Social, no endereço www.seg-social.pt. □

Grupo CID publica Manuais de Boas Práticas

A intervenção do CID – Crianças, Idosos e Deficientes, Cidadania, Instituições e Direitos - revelou o empenhamento cívico de muita gente no radicar de uma consciência colectiva dinamizadora de uma melhoria generalizada da qualidade, ao nível do pensamento e da acção, na atenção e cuidado às crianças, jovens, pessoas em situações de deficiência e pessoas mais velhas, nomeadamente aquelas que, por circunstâncias várias, determinantes de potencial vulnerabilidade, se encontram em situações que podem levar a que passem a viver em estruturas residenciais.

Constitui nota dominante a concepção de que toda a intervenção neste domínio – ao nível dos objectivos, dos valores, princípios, políticas, estratégias e acções – tem necessariamente de se orientar pelo respeito, promoção e defesa dos direitos humanos de todas essas pessoas, como sujeitos que são de uma cidadania fundada na sua eminente e inviolável dignidade.

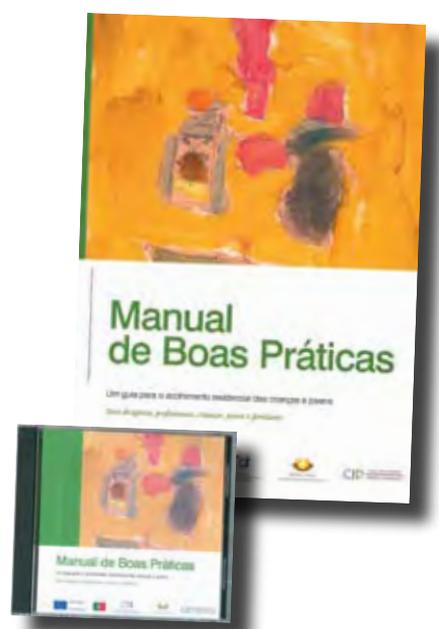
Entre os diversos instrumentos a utilizar no incessante esforço para que essa concepção se traduza na vivência quotidiana desses cidadãos, onde quer que se encontrem e sejam quais forem as suas condições, respeitando e promovendo a sua autonomia e suprimindo-a, quando inevitável, com total consideração pela sua dignidade, encontram-se os Manuais de Boas Práticas.

São fruto de diversificados contributos e observações e pretendem constituir um instrumento útil para dirigentes, responsáveis, colaboradores das instituições, residentes e seus familiares.

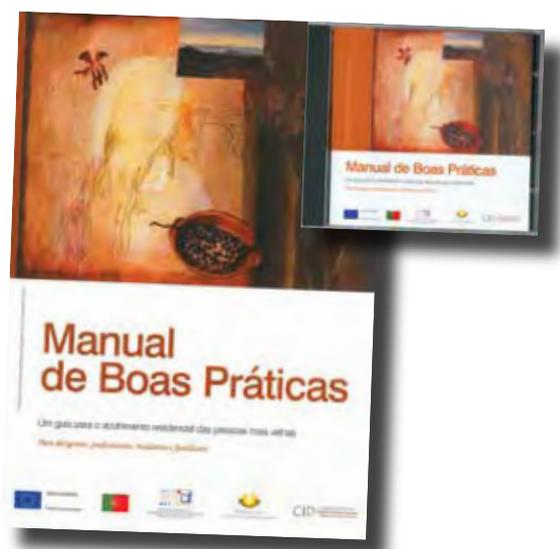
Ao dar-lhes publicidade e ao colocarem-se ao serviço de todos, espera-se confiadamente que sejam considerados como um

elemento de trabalho a aperfeiçoar, a actualizar e a avaliar continuamente, num diálogo permanente, fonte e fruto de um apurado sentido ético, cultural, cívico, social e jurídico de co-responsabilidade pela elevação generalizada da qualidade num domínio que é essencial ao progresso civilizacional compatível com o anseio de nos constituirmos em comunidade ética, com sentido de futuro.

Foram publicados pelo Grupo de Coordenação CID três Manuais, em suporte papel e em CD:



Manual sobre Crianças e Jovens – Propostas para que conjugando conhecimento, afectividade e sentido de responsabilidade seja possível a elaboração e implementação de projectos de vida que possam proporcionar a realização efectiva dos direitos humanos fundamentais da Criança e Jovem como Sujeitos de Direitos.



Manual sobre Pessoas mais Velhas – Conjunto articulado de sugestões que possam garantir às pessoas idosas a possibilidade de concretizar, com dignidade e qualidade, as potencialidades próprias de uma fase da vida essencial à sua realização.



Manual sobre Pessoas em Situação de Deficiência – O objectivo da qualidade da intervenção, traduzido em reflexões e propostas de práticas que, tendo sempre presente o respeito pela pessoa com deficiência e o princípio da igualdade dos direitos na diferença, aposte na promoção da sua autonomia e valorização da sua capacidade para a participação efectiva na construção de uma sociedade inclusiva e solidária.

Para qualquer esclarecimento, ou se pretender solicitar os manuais contacte:

CID – Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social
 Rua Castilho n.º 24, 7º - 1250-066 Lisboa
www.planocid.org □

Rendimento Social de Inserção

Ponto de situação da execução da medida

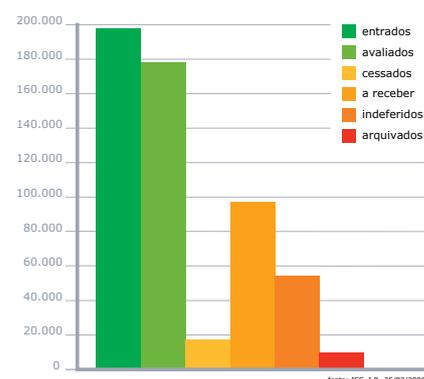
No passado mês de Março, o número de requerimentos deferidos, ou seja, famílias a receber prestação de Rendimento Social de Inserção, representava 54,3% do total de processos avaliados.

Dos processos registados na aplicação informática, 10 % aguardam decisão final, encontrando-se numa das seguintes fases:

- Informação social por elaborar – avaliação técnica e confirmação dos dados assinalados pelo beneficiário no requerimento, ou
- Aguardam análise da informação social e despacho de decisão final.

Ao longo da implementação da medida de Rendimento Social de Inserção, o número de processos indeferidos tem vindo a apresentar uma diminuição, encontrando a sua estabilização no intervalo de valores entre 30% a 33%, traduzindo-se, actualmente, numa percentagem de 30,5%. Refira-se, contudo, que ao somarmos a este valor o número de processos arquivados, aquando da avaliação e análise preliminar do requerimento, o número de famílias afastadas do acesso à medida por se encontrarem fora dos requisitos e condições de atribuição, aumenta para 36,1%. □

	nº
processos entrados	197.667
processos avaliados	177.906
deferidos	113.638
cessados	16.959
a receber	96.679
suspensos	1.586
indeferidos	54.291
arquivados	9.977
processos por despachar	19.761



Centro de Apoio Social de Lisboa recebe visita do Grupo Erich Brodheim

O Centro de Apoio Social de Lisboa, recebeu, no passado dia 21 de Abril, a visita do Grupo Erich Brodheim¹ para de alguma forma, dar um contributo para a melhoria do dia-a-dia dos utentes daquela instituição. Tratou-se de uma acção desenvolvida pelo Grupo, no âmbito da consciencialização social da empresa, e que deu origem ao Comité EB Solidária.

Sendo os idosos uma população com graves problemas de exclusão social, o Grupo EB entendeu como uma oportunidade desenvolver uma acção de comemoração dos seus 60 anos de existência dirigida a este grupo social. Escolheram assim, o Centro de Apoio Social de Lisboa (CASL) que tem actualmente 230 utentes, com idades compreendidas entre os 18 e os 95 anos.

O CASL tem as valências de Lar e Centro de Dia para pessoas idosas, bem como a valência de Emergência Social, que se destina a acolher, como o próprio nome indica, pessoas de qualquer grupo etário que se encontrem numa situação de emergência social.

Como nos referiu o Comité EB Solidária², um grupo de 150 pessoas, vestidas de azul claro, com muita energia, enorme boa vontade e

que acreditam que cada um pode fazer uma diferença na sociedade em que vivemos, requalificou alguns espaços, tomando-os mais alegres e animados:

- Transformou um velho armazém num espaço aberto onde o sol fosse uma presença por excelência;
- Restaurou por completo um parque infantil onde os sorrisos passaram a morar. Efectuou a sua inauguração com a participação das crianças que há 6 anos não podiam nele brincar;
- Desbravou uma horta, pintou muros, limpou e tirou ervas.

Foi de facto um dia muito intenso em que os colaboradores do Grupo EB deixaram a sua marca, mas que não teria sido possível sem o excepcional apoio da Direcção do CASL e da colaboração e entusiasmo dos próprios utilizadores deste espaço de excepção no centro de Lisboa que participaram activamente nesta acção”.

A Pretextos foi até lá e recolheu alguns testemunhos.

Ronald Brodheim, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Erich Brodheim, disse-nos que “é fundamental sensibilizar os colaboradores da empresa para estas realidades, a cultura da empresa cria-se. Inicialmente alguns dos nossos



¹ O Grupo Erich Brodheim actua no mercado da moda representando e comercializando marcas internacionais de prestígio. O Grupo é constituído por diversas empresas, detidas por uma Holding, Erich Brodheim SGPS, sendo a Erich Brodheim, Lda a empresa do grupo com maior volume de negócio e de colaboradores, actualmente 204. Tem a sua sede em Lisboa e uma rede de lojas próprias espalhadas por todo o país. A sua intervenção faz-se em diversos canais:

- Retailho: rede de 20 lojas próprias da Timberland, Furla, Undercolors of Benetton, Burberry, Betty Barclay.
- Franchising: cadeias de Franchising de lojas monomarca: ex. Furla, Timberland, Undercolors of Benetton.
- Agenciamento: agente de algumas marcas como Longchamp, Sebago.
- Distribuição: distribui e comercializa produtos de óptica como a Silhouette, Adidas.

² Comité EB Solidária : eb.solidaria@brodheim.pt



Armazém antes e depois



Jardim antes e depois



Horta antes e depois

Para Dília Santos, Directora do CASL "esta iniciativa foi interessante e positiva, pois permitiu aos utentes terem um dia diferente, conviverem com novas pessoas, para além de que esta iniciativa da Erich Brodheim veio de alguma forma, dar uma simpática colaboração em mais uma melhoria do dia-a-dia dos nossos utentes".

colaboradores estranharam esta postura, mas como costume dizer: "Primeiro estranha-se, depois entranha-se".

O Grupo EB conta já com uma larga experiência neste tipo de iniciativas e sabe que tem colaboradores cheios de alma e com vontade de transformar uma realidade com os seus próprios braços.

Ronald Brodheim confessou-nos ainda que para ele "a experiência não é aquilo que se conta, mas aquilo que se vive".

Já para João Libério, Relações Públicas do Grupo EB, "esta foi uma maneira inédita de celebrar os 60 anos da Empresa, fazendo a diferença, com a mão-de-obra oferecida naquele dia ao CASL e não com o fatinho vestido para comemorar esta data numa gala" e conclui que "os colaboradores sentem que vestem ainda mais a camisola e que se tornam pessoas muito mais enriquecidas".

Esta também é uma forma de motivar os trabalhadores, todos querem participar e contribuir para a melhoria do dia-a-dia daqueles que mais necessitam. Para além disso, promove todo um trabalho de equipa e o convívio com colaboradores da EB de outros pontos do país, bem como, com os utentes das instituições por onde passam.

Segundo João Libério e Ronald Brodheim "este tipo de iniciativa é para manter, pois o Grupo EB prefere dar mão-de-obra e envolver-se com as instituições, a passar um cheque e já está".

Para Dília Santos, Directora do CASL "esta iniciativa foi interessante e positiva, pois permitiu aos utentes terem um dia diferente, conviverem com novas pessoas, para além de que esta iniciativa da Erick Brodheim veio de alguma forma, dar uma simpática colaboração em mais uma melhoria do dia-a-dia dos nossos utentes".

Aqui ficam algumas imagens do que é possível fazer quando a solidariedade fala mais alto! □



Coluna Mensal da Segurança Social responde aos leitores de O Público

No primeiro Sábado de cada mês *O Público*, em parceria com o Instituto da Segurança Social, dá resposta às dúvidas dos leitores.

Com o objectivo de promover o acesso generalizado à informação e que todos conheçam melhor o "mundo" da Segurança Social, o Instituto da Segurança Social associou-se a um órgão de comunicação social, de âmbito nacional, para chegar junto de um alargado número de destinatários.

Desde o dia 6 de Maio, o jornal *O Público* conta com uma nova coluna intitulada *Segurança Social em Directo*. Neste espaço, o Instituto responde às dúvidas colocadas pelos leitores, desde que devidamente identificados, e esclarece sobre questões da Segurança Social.

Com periodicidade mensal, a coluna é publicada no primeiro Sábado de cada mês.

Se quiser colocar alguma dúvida através deste espaço envie um e-mail para o endereço segurancadirecto@publico.pt ou escreva uma carta para Público Segurança Social em Directo, Rua de João de Barros, 265, 4150-414 Porto ou Rua do Viriato, 13, 1069-315 Lisboa. □

SÁBADO
EDIÇÃO LISBOA
3 de Junho de 2006
Ano XVII n.º 891
Preço: €1,10 (IVA incluída)
Espaço: €2,00 (IVA incluída)
Diretor: JOSÉ MANUEL FERNANDES
Diretora adjunta: SÓFIA FALGADO
www.publico.pt

Segurança Social em Directo

No primeiro sábado de cada mês, o PÚBLICO, em parceria com o Instituto da Segurança Social, dá resposta às dúvidas que chegam dos leitores.

Aproveitando a criação da secção Segurança Social em Directo, venho solicitar os seguintes esclarecimentos: em Maio de 2005, contando com 42 anos de contribuições para a Segurança Social, requeri a reforma antecipada, em resultado do agravamento do estado de saúde de familiares idosos e na previsão de situações mais difíceis para mim e meu marido. A reforma foi-me concedida em Outubro do mesmo ano, com efeitos a partir da data em que a requeri. Porque as situações não evoluíram com a gravidade prevista, continuei no exercício da minha actividade até ao fim do ano de 2005 e posteriormente no ano corrente, tencionando cessar definitivamente funções em Dezembro de 2006. Considerando o exposto, e ao abrigo do D.L. 329/93, de 26 de Setembro, o qual suponho não ter sido revogado, ponho as seguintes questões:

a) Tenho direito a requerer, no ano corrente, um acréscimo do valor da pensão em resultado das remunerações auferidas em 2005, pelo exercício de actividade no período de Maio a Dezembro de 2005? Se sim, que procedimento devo seguir?

b) É relativamente às remunerações já auferidas e a auferir no ano em curso?

HELENA SEIXAS, Porto

Tem direito, em 2006, a um acréscimo no valor da sua pensão em resultado das remunerações sobre as quais descontou em 2005, nos termos do artigo 42.º do D.L. 329/93, de 26 de Setembro, que se mantém em vigor:

No ano de 2007, terá direito a um novo acréscimo do valor na sua pensão, em resultado das remunerações sobre as quais descontou em 2006. Nos termos da legislação referida, o valor mensal do acréscimo corresponde a 2% de 1/14 da soma das remunerações sobre que tiver descontado no ano anterior, em acumulação com a pensão. Este acréscimo não carece do requerimento, sendo efectuado oficiosamente pelo Centro Nacional de Pensões, na sequência das remunerações registadas no sistema de Segurança Social. Logo que sejam efectuados os acréscimos de 2006 relativos ao exercício de actividade por pensionistas em 2006, será abrangida e devidamente informada.

Grato pela atenção à questão, felicitando desde já o jornal PÚBLICO por mais um serviço, que, presume-se, será óptimo. Após três anos de baixa por doença, requeri a reforma por invalidez. A profissão exercida foi a de rececionista de 1.º em hotel de 4 estrelas, desde 1964. Entretanto, uma pessoa amiga, detentora de uma pequena empresa de mediação imobiliária, convidou-me para ser seu colaborador, formalizando as regras impostas pelo IMOPPL, para depois da minha passagem à reforma por invalidez em regime de part-time, ou não.

As famílias de acolhimento são uma resposta do sistema de protecção de crianças e jovens em perigo e, como tal, estão abrangidas pela lei 147/99, "Lei de Promoção e Protecção de Crianças e Jovens em Perigo", desempenhando a Segurança Social neste concreto o papel de entidade enquadradora. A Segurança Social compete seleccionar e acompanhar as famílias de acolhimento, sendo que as crianças e jovens são encaminhadas por decisão dos tribunais ou das comissões de protecção de crianças e jovens. Trata-se de uma resposta temporária de curta (6 meses) ou longa duração (mais de 6 meses), que se destina a proporcionar às crianças e jovens a protecção e a educação necessárias ao seu desenvolvimento integral, enquanto a sua família natural não pode retomar a plenitude das suas funções.

As famílias de acolhimento seleccionadas pela Segurança Social assinam um contrato de prestação de serviços e desenvolvem um importante papel na protecção da criança/jovem acolhido e na articulação entre a família natural e os seus filhos, temporariamente ausentes do seu agregado. Trata-se de uma medida alternativa à institucionalização que permite proporcionar às crianças/jovens um ambiente mais afectivo e securizante. Para se inscrever como família de acolhimento, deverá contactar os serviços de Segurança Social da sua área de residência. ■

As dúvidas dos leitores, devidamente identificadas, podem ser enviadas para o endereço segurancadirecto@publico.pt ou, então, por carta, para PÚBLICO Segurança Social em Directo, Rua de João de Barros, 265, 4150-414 Porto ou Rua do Viriato, 13, 1069-315 Lisboa



FAMILIA RECALHADA

CDSS de Santarém participa na I Feira Social do Distrito

De 4 a 7 de Maio, decorreu a I Feira Social do Distrito de Santarém, no Pavilhão de Exposições da Nersant, em Torres Novas, cuja organização foi fruto de uma parceria entre a Nersant, o Centro Distrital de Segurança Social de Santarém e o Governo Civil.

A participação do Instituto da Segurança Social foi assegurada pelo Centro Distrital de Segurança Social de Santarém com um stand de atendimento e com um pequeno auditório onde se desenvolveram sessões temáticas.

O certame contou com muitos visitantes e com cerca de 60 expositores, entre Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSSs), empresas de serviços e venda de produtos da área social, Misericórdias e Autarquias.

No auditório da Nersant, decorreram diariamente seminários e sessões temáticas sobre o "Social", que contaram com ilustres oradores como o Prof. Dr. Ignácio Martín, Professor do Mestrado em Gerontologia e Geriatria na Escola de Ciências de Saúde, na Universidade de Aveiro, Luísa Portugal, Secretária Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, e Isabel Felgueiras do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

A experiência foi positiva e os organizadores já pensam na próxima Feira Social. □



Uma separação que deixa marcas

Em Portugal, mais de 16 mil crianças encontram-se institucionalizadas. Provêm de famílias socialmente fragilizadas, impossibilitadas de promover e assegurar o bem-estar e afecto necessários ao desenvolvimento dos seus filhos.

A "Passo a Passo" é uma Instituição de Solidariedade Social, reconhecida como IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social) pelo Decreto-Lei nº 118/02, de 22 de Maio. Surge como resultado de preocupações de um grupo de profissionais de Saúde e Justiça que têm como ambição prevenir a institucionalização de crianças através de um apoio multidisciplinar às famílias e suas crianças consideradas em risco psicossocial.

Trabalha com as crianças e as famílias nas suas comunidades de origem sem quebrar os laços de parentalidade, através de equipas multidisciplinares (assistente social, psicóloga, pediatra, nutricionista, educador social), procurando prevenir a institucionalização infantil.

Em 2004, iniciou-se a intervenção nos concelhos de Lisboa e Loures, com o apoio do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e, em 2005, na Amadora com o financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian.

Actualmente acompanha 133 crianças, que sem o apoio da "Passo a Passo" estariam institucionalizadas. □



Conferências Regionais do Sistema de Verificação de Incapacidades

Entre as competências legalmente atribuídas ao Conselho Médico, encontra-se a colaboração na formação dos peritos médicos, designadamente apoiando e participando na realização de reuniões de carácter científico ou técnico especializado.

No seguimento deste objectivo, o Conselho Médico tem vindo a promover a realização de acções de formação dos peritos médicos do Sistema de Verificação de Incapacidades (SVI), para a melhoria do exercício da peritagem médico-legal, bem como a uniformidade de critérios de actuação perante patologias de maior frequência ou controvérsia junto dos peritos médicos que prestam serviço no SVI.

Conferência Regional de Lisboa

No passado dia 1 de Abril, realizou-se a primeira Conferência Regional do SVI, no Auditório do Centro Cultural Casapiano, em Lisboa, subordinada ao tema da peritagem médico-legal enquadrada no direito público. Uma acção promovida em articulação com o Instituto Nacional de Medicina Legal. Os trabalhos foram orientados pelo Dr. Margalho Carrilho, Assessor Técnico de Coordenação do SVI do Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa, numa sessão que contou com a presença do Dr. Francisco Corte Real, da Dr.ª Isabel Antunes e do Dr. Jorge Costa Santos, representantes do Instituto Nacional de Medicina Legal, que procuraram uma abordagem do acto de peritagem médica nas suas vertentes: medicina legal por contraposição à verificação de incapacidade temporária e permanente.

Conferência Regional de Coimbra

No dia 27 de Maio, o Auditório da Faculdade de Medicina de Coimbra recebeu os peritos médicos dos Centros Distritais de Segurança Social de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu, para debate, em mesa redonda, de uma das

patologias mais frequentemente invocadas em SVI: as hérnias discais no âmbito da verificação das incapacidades.

A sessão contou com a presença de três especialistas dos Hospitais da Universidade de Coimbra, Dr. Paulo Lourenço, Dr. Carlos Jardim e Dr. José Veloso. O debate aceso em clima de franca discussão, foi moderado pelo Prof. Adriano Rodrigues, Assessor Técnico de Coordenação do SVI do CDSS de Coimbra. □



Centro de Recursos em Conhecimento do ISS organiza Exposição Bibliográfica subordinada ao tema 2006 - Ano Europeu da Mobilidade dos Trabalhadores

Desde o dia 22 de Maio e até ao fim do mês de Dezembro pode visitar a Exposição Bibliográfica "Mobilidade dos Trabalhadores: Rumo a um Mercado de Trabalho Europeu", que se encontra patente nas instalações do Centro de Recursos em Conhecimento do Instituto da Segurança Social (ISS), na Rua Castilho, nº 5, r/c, em Lisboa, de Segunda a Sexta-Feira, das 9h30 às 18h00.

Com a organização desta acção, o ISS, através do seu Centro de Recursos em Conhecimento (CRC), associa-se à louvável iniciativa da Comissão Europeia de atribuir a 2006 a distinção de Ano Europeu da Mobilidade dos Trabalhadores (AEMT).

Esta Exposição afirma-se como um contributo para a sensibilização e o esclarecimento público alargado sobre as múltiplas vantagens inerentes à mobilidade profissional, tanto geográfica como sectorial, no quadro da União Europeia. Em causa está a ideia da formação de um verdadeiro mercado de trabalho europeu, assente na livre circulação de pessoas com diferentes competências e experiências, e que tem como matriz inspiradora o conceito de cidadania europeia.

Trata-se de uma exposição constituída fundamentalmente por documentos retirados da Internet, que serão periodicamente substituídos, respeitantes a diferentes perspectivas de análise da questão da mobilidade profissional. Encontram-se ainda disponíveis, para consulta e eventual reprodução, três documentos elaborados por colaboradores do CRC: um Catálogo de Websites (portugueses e estrangeiros); um Catálogo Legislativo (legislação nacional e comunitária); uma Apresentação em PowerPoint sobre as origens, os objectivos, a documentação de suporte e as linhas de orientação do



AEMT. Refira-se que o espólio exposto será integrado no fundo documental do CRC, de modo a poder ser futuramente consultado por utilizadores interessados.

Dado que o CRC já realizou em anos anteriores exposições evocativas de anos internacionais ou europeus, e tendo em vista a efectivação da ideia da melhoria contínua, encontra-se à disposição dos visitantes um questionário destinado a avaliar o seu nível de satisfação relativamente a esta exposição. Pretende-se, afinal de contas, que ela represente mais uma prova do trabalho desenvolvido pelo CRC na linha do desenvolvimento de boas práticas de serviço público.

Aceitam-se visitas de grupos, mediante o cumprimento do requisito de marcação prévia junto dos colaboradores do CRC (telefone 213 184 900 ou e-mail iss-crc@seg-social.pt).

Visite a Exposição! □

Divulgação on-line do "CRC RECOMENDA..."

ISS **CRC** **Recomenda...**
Newsletter do Centro de Recursos em Conhecimento do ISS, I.P.

N.º 101 quinta-feira, 29 de Junho de 2006

[Guia do Utilizador](#) [Catálogo Publicações](#) [CRC Virtual](#) [Base FORMEI](#) [Fale com o CRC](#)

Novas Aquisições

PLANO NACIONAL DE EMPREGO 2005
Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento
CID/DGEEP. Lisboa, 2006

Este Plano Nacional de Emprego, para vigorar até 2008, pretende reforçar significativamente as potencialidades de actuação em alguns domínios mais críticos das políticas de emprego, e insere-se num contexto de profunda transformação a imprimir a essas mesmas políticas, quer no quadro nacional, quer no quadro da União Europeia, assumindo características distintas, e mais exigentes, de PNE anteriormente desenvolvidos.
Disponível online >>

OS JOVENS E O MERCADO DE TRABALHO.
CARACTERIZAÇÃO, ESTRANGULAMENTOS À INTEGRAÇÃO EFECTIVA NA VIDA ACTIVA E

O CRC informa...

O que fazer para...

Solicitar o empréstimo de uma publicação?

- Enviar mensagem para iss-crc@seg-social.pt
- Telefonar para o n.º 21 318 49 00
- Enviar Fax para o n.º 21 318 49 60

Com os dados pessoais (Nome, Local de Trabalho, Telefone, Fax e E-mail) e indicação da publicação pretendida.

Na actual sociedade da informação é indispensável pensar em novas ferramentas que permitam responder às necessidades de actualização constante do conhecimento.

Assim, o Centro de Recursos em Conhecimento (CRC) do Instituto de Segurança Social (ISS), enquanto centro de documentação especializado na aquisição, tratamento e disseminação de informação científica e técnica actualizada no âmbito das problemáticas de actuação do ISS, elabora semanalmente uma publicação digital intitulada "CRC RECOMENDA..."

Esta publicação, cujo objectivo é dinamizar e divulgar os produtos e serviços do CRC, enviada por correio electrónico inicialmente apenas aos clientes internos do Instituto, foi posteriormente alargada a colaboradores do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a

Centros de Documentação, a membros da Rede de Centros de Recursos em Conhecimento, a IPSS's, a ONG's, a Associações Locais de Desenvolvimento, a Centros de Investigação Universitária, a Entidades Parceiras e ao Público em geral.

Desta forma, o "CRC RECOMENDA..." tornou-se um canal privilegiado de partilha de informação, nomeadamente ao nível da divulgação das novas publicações editadas pelo Instituto, das publicações mais recentemente adquiridas pelo CRC, de seminários/conferências e acções de formação das áreas de interesse do ISS, da selecção de sites temáticos, bem como das demais necessidades que venham a ser detectadas e/ou reclamadas pelos destinatários da publicação.

Para receber o "CRC RECOMENDA..." basta enviar um e-mail para o endereço: iss-crc@seg-social.pt. □

Comissões de Protecção de Crianças e Jovens com técnicos mais qualificados

Qualificação da intervenção dos novos técnicos através de formação

No âmbito do processo de contratação de 128 técnicos para reforço da capacidade técnica das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), está previsto um Plano de Formação, a desenvolver no mês de Setembro, para a qualificação da intervenção dos novos técnicos das Comissões.

Com a duração de 72 horas, a formação presencial permitirá aos técnicos que vão trabalhar nas CPCJ a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências para intervirem com crianças, jovens e respectivas famílias, na detecção, diagnóstico e planeamento da intervenção em situações de perigo, bem como na execução de medidas de promoção e protecção. Os conteúdos programáticos são compostos por quatro módulos:

Módulo I

Enquadramento Jurídico e Funcionamento das CPCJ

1. A reforma do direito de menores
2. Evolução histórica das CPCJ
3. Enquadramento jurídico-legal da protecção das crianças e jovens em perigo
4. Sistema nacional de protecção de crianças e jovens
5. Organização e funcionamento das CPCJ
 - 5.1. Formas de organização
 - 5.2. Instrumentos formais

Módulo II

Princípios e Modelos de Intervenção Psicossocial

1. O processo de desenvolvimento da criança/jovem
2. Ética e deontologia em intervenções psicossociais
3. A prevenção primária
4. A intervenção em rede/trabalhar em parceria
5. Metodologia de projecto
6. Tipologias de situações de perigo
7. Detecção e intervenção nas situações de perigo
8. Principais componentes da intervenção psicossocial na perspectiva sistémica

- 8.1. Procedimentos e instrumentos de suporte à intervenção técnica
- 8.2. Orientações técnicas de atendimento de crianças, jovens e famílias
- 8.3. O papel do coordenador no caso

Módulo III

Intervenção Especializada em Problemáticas Específicas

1. Prevenção de comportamentos aditivos
2. Educação para a saúde e educação sexual
3. Prevenção de comportamentos agressivos e saúde mental

Módulo IV

Processo de Promoção e Protecção

1. O Processo de Promoção e Protecção das CPCJ
 - 1.1. As fases do Processo de Promoção e Protecção
 - 1.2. Instrumentos de suporte à intervenção
2. Estudo de caso

Formação para todos os representantes da Segurança Social nas CPCJ

De acordo com o planeamento efectuado, foram definidos interlocutores em todos os Centros Distritais de Segurança Social, os quais têm vindo a articular com os representantes da Segurança Social nas CPCJ dos respectivos distritos, no sentido de efectuarem um diagnóstico mais aprofundado da forma como se operacionalizam as responsabilidades sectoriais do Instituto de Segurança Social nesta área de intervenção especializada, criando-se paralelamente espaços de reflexão sobre metodologias e instrumentos de intervenção.

As acções de formação para todos os representantes da Segurança Social nas CPCJ e para os interlocutores distritais desta área, previstas para 2006, decorreram entre 18 de Abril e 29 de Junho, tendo sido realizadas 14 acções de formação em Braga, Viana do Castelo, Viseu, Évora, Beja, Faro, Portalegre, Castelo Branco, Guarda, Porto, Aveiro, Leiria, Santarém e Vila Real que envolveram um total de 280 formandos. □



Tânia Araújo

Beira Serra
Associação de Desenvolvimento Local
beira.serra@mail.telepac.pt

Rede de Voluntariado da Covilhã apoia famílias do Concelho

No âmbito do Projecto ConVidas – Promoção da Conciliação entre a Vida Familiar e a Vida Profissional, co-financiado pela Iniciativa Comunitária EQUAL, foi criada, na Covilhã, uma Rede de Voluntariado de Apoio à Família, que funciona nas 10 freguesias mais urbanas do concelho.

Objectivos e serviços prestados

Esta iniciativa de voluntariado, criada com o objectivo de contribuir para uma melhor conciliação entre responsabilidades familiares e do trabalho, promove a emergência de redes de solidariedade de suporte à família nas comunidades locais e incentiva a solidariedade de proximidade como factor de coesão e estabilidade social.

Na prática, a Rede disponibiliza serviços voluntários que se configurem como soluções pragmáticas para dificuldades que as famílias sentem em responder a todas as necessidades dos seus membros mais dependentes (crianças, idosos e outros), serviços esses já testados pelo Projecto ConVidas.

De entre as várias actividades e serviços desenvolvidos pelos(as) voluntários(as), podemos destacar: apoio a idosos - visitas e acompanhamento, apoio na resolução de questões burocráticas; apoio a crianças - guarda ocasional, acompanhamento nos percursos casa escola e vice-versa, apoio nos trabalhos de casa; apoio a instituições – actividades complementares ao seu funcionamento, tal como organização de actividades nos períodos de férias, actividades de animação em lares e em equipamentos de apoio à infância.

Funcionamento da Rede

A Rede de Voluntariado é organizada em torno de Núcleos Locais que garantem a gestão e coordenação em cada freguesia, articulando as disponibilidades e preferências dos voluntários com as requisições de serviços. Qualquer pessoa ou instituição pode recorrer a estes serviços com o preenchimento de um formulário de requisição de serviços, disponível em qualquer Junta de Freguesia envolvida na iniciativa, na Beira Serra e nas entidades parceiras do projecto ConVidas.

Segundo os resultados apurados em Dezembro de 2005, havia 76 voluntários(as) disponíveis, 52 instituições locais implicadas e foram prestados 1551 serviços voluntários.

Uma vez que a Rede de Voluntariado tem demonstrado resultados muito positivos, a Beira Serra, em parceria com a Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres (CIDM) e a Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local (ANIMAR), no âmbito da Acção 3 da Iniciativa Comunitária EQUAL, está actualmente a divulgar e disseminar esta experiência junto de outras organizações e territórios que possam vir a implementar uma iniciativa semelhante.

Embora o voluntariado criado pelo projecto se tenha direccionado sobretudo para a problemática da Conciliação entre Família e Trabalho, a metodologia é adaptável a outras áreas de intervenção. □



Conferência Combate à Exploração do Trabalho Infantil no Mundo da Língua Portuguesa

«O nosso trabalho é estudar» foi o lema da Conferência que reuniu em Lisboa, de 11 a 13 de Maio, Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais dos oito países da CPLP, organizada pelo PEETI/MTSS, com o apoio técnico do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Lisboa e com o Alto Patrocínio da CPLP.

A Conferência, que contou com cerca de 200 participantes, culminou com a assinatura de uma Declaração conjunta pelos Ministros, que reafirma a prioridade política do combate à exploração do trabalho infantil da CPLP e de cada Estado-membro e promove a cooperação multilateral.

Da Conferência resultou ainda um Plano de Acção, que será apresentado na próxima reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP, em Setembro, na Guiné-Bissau, e que define metas e eixos prioritários de cooperação.

No âmbito da Conferência, foi apresentado o Relatório Global da OIT «O fim do trabalho infantil: Um objectivo ao nosso alcance», que documenta o facto de, pela primeira vez, o trabalho infantil em todo o mundo estar a diminuir.

Os trabalhos foram enriquecidos pelo contributo de um grupo

de oito jovens de cada um dos Estados-membros da CPLP, com incursões no mundo do trabalho infantil, que apresentaram uma Declaração conjunta e o slogan «O nosso trabalho é a Escola».

Objectivos da Conferência

- Reafirmar que o combate à exploração do trabalho infantil é uma prioridade política dos países de língua oficial portuguesa.
- Divulgar estratégias, políticas e programas desenvolvidos à escala nacional e internacional para combater as piores formas de trabalho infantil, nomeadamente no quadro do PEETI/Portugal, IPEC/Brasil e IPEC/OIT.
- Trocar experiências e disseminar boas práticas no âmbito da prevenção e eliminação da exploração do trabalho infantil, em particular no mundo de língua portuguesa.
- Facilitar o acesso, por parte dos países da CPLP, aos dispositivos de apoio técnico e de financiamento existentes ao nível internacional, em particular por parte do IPEC/OIT.

- Adotar estratégias de colaboração no âmbito da CPLP neste domínio.

A Conferência insere-se num contexto marcado pelos factores:

- A necessidade de há muito manifestada pelos parceiros no sentido de uma troca de experiências e de boas práticas no combate à exploração do trabalho infantil usando o português como língua de comunicação;
- O facto de o Relatório Global de seguimento da Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da OIT, que será debatido na Conferência Internacional do Trabalho de 2006, ser consagrado ao Trabalho Infantil.

O evento insere-se, igualmente nas comemorações do X Aniversário da criação da CPLP, que constituirá mais uma oportunidade para reflectir, partilhar conhecimentos e experiências nas políticas sociais, nos Estados membros, permitindo perspectivar com clareza as vias para o desenvolvimento e consolidação futuros.

Em 2001, o PEETI/Portugal já tinha organizado, com o apoio da OIT/IPEC, uma Conferência Internacional em que se debateram políticas de combate à exploração do trabalho infantil na Europa.

O trabalho infantil tem, por essa razão, constituído preocupação de muitos países, instituições, governos e parceiros sociais, que a esta problemática vêm consagrando esforços aturados e contínuos.

Recordamos que, segundo a OIT, são cerca de 218 milhões as crianças entre os 5 e os 17 anos que trabalham no mundo, das quais estima-se que cerca de 126 milhões sejam obrigadas a efectuar trabalhos perigosos, tanto para a saúde como para o seu crescimento harmonioso.

Para saber mais, consulte no site do PEETI, em www.peti.gov.pt, o Programa, a Declaração Política, o Plano de Acção e a Declaração dos Jovens. □



Foto de João Vasco

Foto de João Vasco



Protecção de Crianças e Jovens

Que Futuro?



No passado dia 2 de Junho, realizou-se o I Encontro organizado pelo Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa intitulado "Protecção de Crianças e Jovens: Que Futuro?".

Com este Encontro, pretendeu-se, acima de tudo, fomentar a reflexão sobre esta problemática tão actual e complexa. Trata-se de um tema de evidente relevância para a sociedade, pelas implicações sociais, familiares e psicológicas que estão envolvidas.

Esta iniciativa visou aprofundar e clarificar alguns conceitos e apresentar as metodologias que são operacionalizadas nesta problemática, bem como procurar pistas de reflexão e

análise que permitam uma apropriação crítica do sistema.

Pretendeu-se igualmente melhorar a articulação e comunicação entre os diferentes intervenientes com competência em matérias de protecção de crianças e jovens, pois só com uma metodologia de intervenção participativa se poderá atingir uma maior eficácia no sistema que regula o acolhimento e inclusão das crianças e jovens nas redes sociais de apoio.

Verificou-se uma forte adesão, a nível nacional, dos profissionais que intervêm na problemática, concluindo-se que a necessidade em aprofundar esta temática nas suas dimensões do conhecer e do agir é uma realidade. □

[...] pretendeu-se, acima de tudo, fomentar a reflexão sobre esta problemática tão actual e complexa. Trata-se de um tema de evidente relevância para a sociedade, pelas implicações sociais, familiares e psicológicas que estão envolvidas.



CDSS LISBOA
Instituto da Segurança Social, I.P.
cdsslisboa@seg-social.pt

CDSS de Lisboa assina Protocolo Tripartido sobre Rede Social



No dia 18 de Abril, foi assinado, no Jardim de Inverno do Teatro Municipal de São Luiz, em Lisboa, um Protocolo Tripartido sobre o Programa da Rede Social. Trata-se de um Programa de desenvolvimento social, a nível local, tendo como objectivo o combate à pobreza e à exclusão.

O evento foi presidido pelo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Carmona Rodrigues, pelo Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Rui Cunha e pela Directora do Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa, Rosa Maria Araújo, personalidades envolvidas na assinatura do referido Protocolo. A cerimónia contou ainda com as intervenções do Presidente do Instituto da Segurança Social, Edmundo Martinho e do Vereador do Pelouro da Acção Social Criança e Educação da Câmara Municipal de Lisboa, Sérgio Lipari Pinto.

Estiveram presentes várias individualidades representativas de entidades públicas e privadas do Concelho de Lisboa, nomeadamente, os Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa e Juntas de Freguesia, Dirigentes da Segurança Social e da Santa Casa da Misericórdia, bem como de outras Instituições Particulares de Solidariedade Social. □

ECOS

Como implementar projectos de Voluntariado Empresarial

A GRACE – Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial – editou o manual “Como Implementar Projectos de Voluntariado Empresarial”, publicação que contou com a colaboração do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (Parceiro Institucional Nacional), do Instituto Ethos sediado no Brasil (Parceiro Institucional Internacional) e de uma equipa de trabalho constituída por representantes da Alcatel, BES, BP, Essilor, Fundação PT, IBM, Linklatters, Microsoft e Santander Totta. O Manual tem como objectivo ser uma ferramenta de apoio às empresas no desenvolvimento e implementação de programas de voluntariado, apontando benefícios e desmistificando a complexidade de processos e o despertar da atenção dos públicos-alvo (empresas, empresários, órgãos de comunicação social e outras instituições) para a importância do voluntariado como um dos motores do desenvolvimento social.

Luís Rei

Unidade de Comunicação
Instituto da Segurança Social, I.P.
luis.a.rei@seg-social.pt

Organização e Dinâmica do Voluntariado

Em 5 de Dezembro de 2005 e em 28 de Março deste ano, o Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV) levou a efeito dois encontros com representantes de organizações de voluntariado de âmbito nacional. Tais reuniões destinaram-se especialmente, a apreciar as hipóteses de criação de uma Confederação Portuguesa do Voluntariado, e da realização de um Congresso Nacional do Voluntariado em 2007 ou 2008.

Os dois assuntos vão continuar a ser objecto de análise. Para o efeito constituíram-se duas comissões que apreciarão cada uma das hipóteses, e formularão propostas de decisões a tomar pelas referidas organizações.

O CNPV prestará o apoio que estiver ao seu alcance, de acordo com as suas competências e com o espírito de cooperação já posto em prática.

Acácio F. Catarino

Presidente do Conselho Nacional
para a Promoção do Voluntariado
CNPV@seg-social.pt



Como Implementar Projectos de Voluntariado Empresarial

grace ETHOS

Acções de Formação para Formadores em Voluntariado

Porto, Castelo Branco e Leiria acolheram, durante os meses de Março e Maio, mais três novas acções de formação para formadores em voluntariado, promovidas pelo Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV), com a participação de representantes de Bancos Locais de Voluntariado, Centros Distritais de Segurança Social, Câmaras Municipais e Organizações Promotoras de Voluntariado.

Nas referidas acções, que utilizam por base o Manual de Formação Geral em Voluntariado, editado pelo CNPV, foram apresentados alguns dos temas que o integram, por formadores voluntários do Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária da Sociedade de São Vicente de Paulo e do Núcleo de Apoio Técnico ao CNPV.

As referidas acções visam dotar os formandos de competências formativas na área do voluntariado e constituir uma bolsa de formadores em voluntariado, a nível nacional, de forma a contribuir para a qualificação dos voluntários.

Núcleo de Apoio Técnico

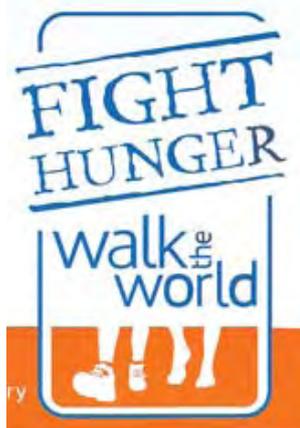
ao Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado
CNPV@seg-social.pt

Segurança Social participa na Marcha contra a Fome

O Instituto de Segurança Social foi uma das entidades que apoiou a Marcha Contra a Fome. Iniciativa da TNT e das Nações Unidas [World Food Programme] destinada a promover a sensibilização e a recolher fundos para os programas que tentam solucionar o problema da educação e da fome infantil.

Marcha Contra a Fome
TNT Walk the World 2006

A iniciativa realizou-se no passado dia 21 de Maio em Lisboa, Porto e Ponta Delgada e, simultaneamente, em mais de 100 países, num total de mais de 300 marchas.



Tendo em vista a recolha de fundos para esta causa, o Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, António Guterres, marchou em Lisboa, na companhia do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, António Vieira da Silva, dos Secretários de Estado do MTSS, e Dirigentes da Segurança Social; Sir Bob Geldof assinou t-shirts e DVDs para pôr à venda no Ebay; a Ministra do Desenvolvimento Dinamarquesa marchou em Copenhaga e os atletas olímpicos da Maratona Robert Korzeniowski e Samson Ramadhani marcaram presença na Polónia.

Luís Rei
Unidade de Comunicação
Instituto da Segurança Social, I.P.
luis.a.rei@seg-social.pt

Construir um Projecto Sustentável

Um workshop de sensibilização para a sustentabilidade dos projectos sociais, baseado na identificação e envolvimento das partes interessadas e na promoção do empreendedorismo social.

Aprender a identificar e envolver essas partes interessadas, desenvolver um espírito empreendedor na gestão dos projectos sociais, mais próximo do que é a gestão empresarial assente na realização de um Business Plan Social e numa identificação de riscos e oportunidades, é o objectivo do Workshop "Construir um Projecto Sustentável".

O Workshop construído a partir de exemplos práticos, nacionais e internacionais, permite aos participantes – responsáveis pelos projectos - ao longo de um dia de formação, reflectir sobre os seus próprios projectos, identificar e experimentar metodologias, inventariar possibilidades de apoio e parcerias e no final, de uma forma lúdica, tentar construir, passo a passo, um projecto sustentável.

Ana Roque
Academia da Sustentabilidade
academiadasustentabilidade@yahoo.fr

Correio do Leitor

Caro(a) Leitor(a),

A Redacção da Revista Pretextos recebe diariamente testemunhos dos leitores da Revista sobre a apreciação que dela fazem e da utilidade enquanto instrumento de apoio à actividade profissional, sobretudo manifestada por técnicos das áreas sociais. Criámos este espaço para si, leitor da Revista Pretextos, para que nos escreva e nos fale sobre a Pretextos. Quem sabe se no próximo nº não divulgaremos o seu testemunho!

Pode enviar os seus contributos para a Redacção da Revista:

Rua Castilho, nº 5- R/C
1250-066 Lisboa
Fax.: 21 318 49 55

E-mail: .m.joao.quedas@seg-social.pt

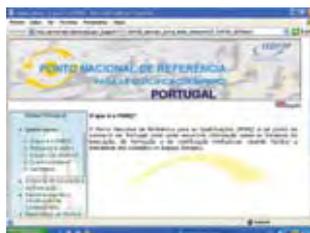
Sites

Mobilidade dos trabalhadores

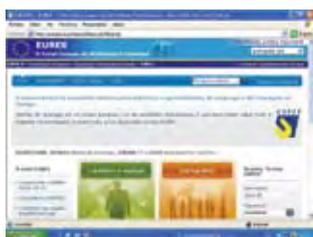
Alexandra César
 Centro de Recursos em Conhecimento
 Instituto de Segurança Social, I.P.
 alexandra.m.cesar@seg-social.pt



2006 - Ano Europeu da Mobilidade dos Trabalhadores (Comissão Europeia)
http://ec.europa.eu/employment_social/workersmobility_2006/index.cfm?language=pt



Portal IEFP - PNRQ - Ponto Nacional de Referência para as Qualificações (Portugal)
http://portal.iefp.pt/portal/page?_pageid=177,138440&_dad=gov_portal_iefp&_schema=GOV_PORTAL_IEFP&id=1



EURES - O Portal Europeu da Mobilidade Profissional (Comissão Europeia)
<http://europa.eu.int/eures/home.jsp?lang=pt>



EURES Transfronteiriço Norte Portugal-Galícia
<http://www.eures-norteportugal-galicia.org/>



Employment, Social Affairs & Equal Opportunities - Free Movement of Workers (Comissão Europeia)
http://ec.europa.eu/employment_social/free_movement/job_en.htm



EUROMOST - Europe Mobilité Stages (Comissão Europeia / Programa Leonardo Da Vinci)
http://www.euromost.org/index_en.asp



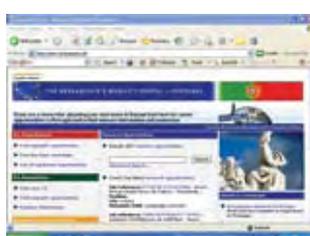
Employment & Social Affairs - Skills & Mobility (Comissão Europeia)
http://ec.europa.eu/employment_social/skills_mobility/index_en.htm



The European Researcher's Mobility Portal (Comissão Europeia)
http://europa.eu.int/eracareers/index_en.cfm



Portal IEFP - EURES - REDE EURES (Portugal)
http://portal.iefp.pt/portal/page?_pageid=117,107496&_dad=gov_portal_iefp&_schema=GOV_PORTAL_IEFP



Portal Português da Mobilidade de Investigadores
<http://www.eracareers.pt/>

Bibliografia Temática

Pessoas sem abrigo

Alexandra César

Centro de Recursos em Conhecimento
Instituto de Segurança Social, I.P.
alexandra.m.cesar@seg-social.pt

ANTUNES, Teresa – «Um centro modelar para os sem abrigo». *Cidade Solidária*. – Lisboa : Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. - ISSN 0874-2952. - Ano 6, nº 10 (Julho 2003), p. 68-75 .

BENTO, António ; BARRETO, Elias – **Sem-amor, sem-abrigo**. Lisboa : Climepsi, 2002. 263 p. ; 23 cm. (Confrontações). ISBN 972-796-070-7.

BIGGAR, Heather - «Homeless Children and Education : An Evaluation of the Stewart B. McKinney Homeless Assistance Act». *Children and Youth Services Review*. - Oxford. – ISSN 0190-7409. - Vol. 23, Nº 12 (December 2001), p. 941-969.

CHAVEIRO, Conceição – «Trabalho com os sem abrigo». *Cidade Solidária*. – Lisboa : Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. - ISSN 0874-2952. - Ano 6, Nº 10 (Julho 2003), p. 76-83.

COSTA, Alfredo Bruto da ; BAPTISTA, Isabel - **Access to Housing : working together to prevent homelessness among disadvantaged and vulnerable groups : Portugal** . Brussels : FEANTSA, 2001. 67 p. : il. ; 30 cm.

COSTA, Alfredo Bruto da - **Migrações e os sem-abrigo : Portugal**. Bruxelas : FEANTSA, 2003. 1 vol., pág. vár. : il. ; 30 cm.

DWORSKY, Amy Lynn ; PILIAVIN, Irving – «Homeless spell exits and returns : substantive and methodological elaborations on recent studies». *Social Service Review*. – Chicago : The University of Chicago Press. - ISSN 0037-7961. - Vol. 74, Nº 2 (June 2000), p. 193-213.

EDGAR, Bill ; DOHERTY, Joe - **Women and homelessness in Europe : pathways, services and experiences**. Bristol : The Policy Press, 2001. 279, [2] p. ; 24 cm. ISBN 1-86134-351-5.

EDGAR, Bill ; DOHERTY, Joe ; HENK - **Examen des statistiques sur le sans-abri en Europe**. Bruxelles : FEANTSA, 2002. 19 p. ; 30 cm.

FANNIE MAE FOUNDATION - **The impact of supporting housing for homeless people with severe mental illness on the utilization of the public health, corrections, and emergency shelter systems : The New York-New York Initiative**. New York : Fannie Mae Foundation, 2001. 47 p. ; 30 cm.

FEDERATION EUROPEENNE DES ASSOCIATIONS NATIONALES TRAVAILLANT AVEC LES SANS-ABRI - **Déclaration politique : la lutte contre le sans-abrisme doit être une priorité pour les politiques européennes qui touchent au sans-abrisme : recommandations pour des politiques concernant le sans-abrisme fortes et cohérentes dans la stratégie européenne de lutte contre la pauvreté et l' exclusion sociale** . Bruxelles : FEANTSA, 2002. 1 vol., pág. vár. ; 21 cm.

FEDERATION EUROPEENNE DES ASSOCIATIONS NATIONALES TRAVAILLANT AVEC LES SANS-ABRI – **Feantsa policy paper : promoting social inclusion through access to housing**. Brussels : FEANTSA, 2001. 21 p. ; 30 cm.

GUILLOU, Jacques, 1952- ; MOREAU DE BELLAING, Louis, 1932- - **Figures de l'exclusion : parcours de sans domicile fixe**. Paris : L'Harmattan, cop. 2003. 263, [1] p. ; 22 cm. ISBN 2-7475-5670-0.

HALPENNY, Ann-Marie ; KEOGH, Anna Fiona – «A Place for Children? The Needs of Homeless Young People». *Poverty Today*. – Dublin : Combat Poverty Agency. - ISSN 0791 0096. - Nº 57 (December 2002/January 2003), p. 7-9.

«Imigração e sem-abrigo». Cais. – Lisboa : Associação de Solidariedade Social. - Nº 74 (Março 2003), p. 4-57.

INSTITUT NATIONAL D'ETUDES DEMOGRAPHIQUES - **Étude des sans-domicile : le cas de Paris et de l'Île-de-France**. Paris : Institut National d' Études Démographiques, 2000. 1 vol., pág. vár : il. ; 30 cm.

Bibliografia Temática

LEIRIA, Luís - «Um ofício para os sem-abrigo». *Saber Mais*. – Lisboa : ANEFA. - ISSN 0874-5935. - Nº 5 (Abril-Junho 2000), p. 29-31.

Les indicateurs sociaux dans l'Union européenne : avancement et perspectives. *Dossiers Solidarité et Santé*. – Paris : Ministère de l'Emploi et de la Solidarité. - ISSN 0764-4493. - Nº 2 (Avril-Juin 2004), 199 p.

MEMMI, Dominique – «L'affichage du corporel comme ruse du faible : les SDF parisiens». *Cahiers Internationaux de Sociologie*. – Paris : PUF. - ISSN 0008-0276. - Vol. 93 (Juillet-Décembre 2002), p. 213-232.

MUÑOZ, Manuel ; VÁZQUEZ, Carmelo ; VÁZQUES José Juan - «Population sans abri et vulnérables à Madrid». *Population*. - Paris : INED. - ISSN 0032-4663. - Vol. 59, Nº 1 (Janvier-Février 2004), p. 133-146.

PORTUGAL. Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Grupo de Ecologia Social - **Análise longitudinal dos sem-abrigo em Lisboa : a situação em 2000 : relatório final.** Lisboa : Câmara Municipal. Departamento de Acção Social, 2001. 68 p. : il. ; 30 cm. ISBN 972-98688-1-6.

SÁNCHEZ MORALES, M^a Rosario ; VÁZQUEZ TEZANOS, Susana - «Los inmigrantes sin hogar en España : un caso extremo de exclusión social». *Revista del Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales*. – Madrid : Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales. - ISSN 1137-5868. - Nº 55 (2004), p. 45-64.

Sem-abrigo e imigração : olhares sobre a realidade em Portugal. [ed. lit.] CAIS . Lisboa : Padrões Culturais, 2004. 191 p. ; 23 cm. ISBN 972-8721-23-4.

TEIXEIRA, Margarida - **À procura de um lugar ao sol [Texto policopiado] : trajetórias de 5 vendedores da revista CAIS.** Lisboa : M. Teixeira, 2000. 1 vol., pag. var. ; 30 cm. Trab. final licenciati. Sociologia, Inst. Sup. Ciências do Trabalho e da Empresa, 2000.

WARNES, Anthony M. ; CRANE, Maureen - **Meeting homeless people's needs : service development and practice for the older excluded.** London : King's Fund, 2000. XII, 198 p. : il. ; 25 cm. ISBN 1-85717-253-1.



**ReCriar
o futuro**

**Invista no seu
bem-estar para
toda a vida!**

Projecto **ReCriar o futuro**

Uma perspectiva preventiva e de inclusão, promotora do desenvolvimento pessoal, social e empresarial

Destinatários

- Entidades empregadoras do sector público, privado e social (ex. empresas, câmaras, IPSS);
- Entidades representantes dos trabalhadores (ex. sindicatos, associações profissionais, ordens);
- Outras entidades com responsabilidade formativa (associações comerciais e industriais, universidades).

Para mais informações:
www.seg-social.pt
(menu Direitos e Deveres/peças idosas/programas de inserção social)

Instituto da Segurança Social, I.P.
Departamento de Protecção Social e Cidadania
Área de Políticas para as Famílias e Promoção da Autonomia
Rua Castilho, 5, 3º andar, 1250-066 Lisboa
Tel.: 21 318 49 00 ext. 3359
E-mail: tecnoc.s.monteiro@seg-social.pt



SEGURANÇA SOCIAL
INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.